

Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião realizada em 15 de outubro de 2020, pelas 10h30, via Plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior;
3. Resultados do Estudo *Desempenho e Equidade: Uma análise comparada a partir dos estudos internacionais TIMSS e PIRLS*
4. Estado da Educação 2019 (ponto da situação);
5. Estudo - Educação em tempo de pandemia: problemas, respostas e desafios das escolas;
6. Trabalhos em curso no âmbito das Comissões Especializadas Permanentes;
7. Perspetiva de trabalho para o futuro.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, a Conselheira Joana Brocardo e os Conselheiros Bártolo Paiva Campos, João Cravinho, Pedro Lourtie, Rui Canário e Sérgio Niza.

A Presidente saudou os presentes e iniciou a reunião com a informação acerca do impacto significativo que a recomendação sobre *A condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas* teve na comunicação social. Agradeceu de novo ao Conselheiro Sérgio Niza o seu inestimável contributo para essa Recomendação. Referiu igualmente que foram recebidos dois contributos escritos, um da Conselheira Ana Leal Faria e outro do Conselheiro Léon Acosta, para a recomendação sobre *Cidadania e educação antirracista*.

A este propósito, a Conselheira Joana Brocardo comunicou que a equipa relatora tinha decidido acolher estas sugestões, embora de forma a preservar e manter as questões de fundo que a temática impõe.

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Pedro Lourtie para falar sobre o projeto de recomendação, de que era relator, *O acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário*, que irá ser apreciado e votado na próxima reunião plenária.

Sobre esta questão, o Conselheiro informou que o anteprojeto tinha sido debatido em duas reuniões da 2.^a Comissão, com um espírito muito construtivo, e apresentou a estrutura do projeto de recomendação, que analisa o atual sistema de acesso e a sua ligação ao ensino secundário, nomeadamente o que é que avaliam os exames nacionais, que têm como vantagem o facto de serem iguais para todos; a pressão que exercem sobre o desenvolvimento do ensino secundário e termina com um conjunto de oito recomendações. Considera que uma das questões que poderá ser mais controversa é a proposta de uma avaliação da representatividade social do corpo estudantil nas

instituições de ensino superior, designadamente no que se refere a recolha de dados sobre a etnia, que pretende apenas obter conhecimento que permita a adoção de medidas de discriminação positiva.

Houve um debate superveniente, em que foram referidas as vantagens, ou não, de se ter conhecimento da etnia dos alunos; interrogou-se porque não são as instituições de ensino superior a selecionar os seus alunos, designadamente através de portefólios, uma vez que os exames avaliam sobretudo os conhecimentos, deixando de fora um conjunto de competências importantes, vertidas no Perfil dos Alunos.

A Presidente mencionou duas outras recomendações: uma, já em preparação, sobre *A voz das crianças e dos jovens*, que tem como relatores, os/as conselheiros/as David Rodrigues, Inácia Santana Joana Bacelar, João Pedro Louro, Sérgio Niza e outra sobre a *Valorização do conhecimento humanístico*, ainda sem relatores nomeados.

A presidente colocou a apreciação a proposta de relato da reunião anterior, que foi aprovada, mantendo-se o prazo de uma semana para comunicação de eventuais alterações.

Acerca do Estudo do CNE *Desempenho e Equidade: uma análise comparada a partir dos estudos internacionais TIMSS e PIRLS*, a Presidente solicitou ao Secretário-Geral que falasse um pouco sobre os resultados do estudo, recentemente divulgado.

O Secretário-Geral referiu que embora os resultados dos estudos TIMSS e PIRLS fossem já muito conhecidos, porque tinham já alguns anos, nomeadamente o impacto do estatuto socioeconómico no desempenho dos alunos, este estudo do CNE pretendeu, através da mobilização de dois indicadores da equidade dos sistemas educativos: o Capital familiar para a aprendizagem e a Composição social das escolas, analisar em que medida esses fatores são promotores de igualdade de oportunidades no acesso à educação. Em Portugal, por exemplo, algumas escolas, mesmo inseridas em contextos socioeconómicos desfavorecidos, conseguem que os seus alunos obtenham melhores desempenhos do que outras escolas com características semelhantes, de outros países. Esta questão poderia ter algum aprofundamento subsequente, para se tentar perceber porque é que isto acontece.

O conselheiro João Cravinho considera que o tema da igualdade de oportunidades é uma questão fundamental e que é importante continuar a falar desta temática. Referiu que a Constituição de 76 é muito feliz quando fala de igualdade de oportunidades e que é preciso analisar o papel da escola como nivelador social, uma vez que os fatores familiares são justificativos apenas em cerca de 20% dos casos. O conselheiro Sérgio Niza lembrou que quando se fala de dados de sucesso devia cruzar-se essa informação com as repetências e as explicações. A conselheira Joana Brocardo referiu que esta é uma questão que a 1ª Comissão gostaria de estudar e aprofundar.

Sobre o relatório *Estado da Educação 2019* e o estudo do CNE *Educação em tempo de pandemia* foi igualmente o Secretário-Geral, a pedido da Presidente, que fez o ponto da situação dos trabalhos. No caso do relatório, comunicou que estes estavam já numa fase final, com a maioria dos capítulos em revisão, faltando ainda selecionar a empresa que iria fazer o design gráfico e a paginação, bem como a impressão do livro. Lembrou as quatro partes que constituem o relatório: a primeira com o quadro de referência para as políticas europeias e nacionais e Portugal nos estudos internacionais; a segunda com a análise de indicadores para Portugal; a terceira totalmente dedicada ao ensino profissional, o

tema central deste relatório, que é complementado com um conjunto de textos, solicitados a vários especialistas, que integram a quarta parte.

Sobre o estudo, referiu que os trabalhos teriam início logo que ficasse concluído o relatório *Estado da Educação 2019*. Lembrou que para o desenvolvimento do estudo tinham sido elaborados questionários que, depois de testados, foram aplicados a diretores e professores com funções de coordenação, de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Continente e das regiões autónomas, estes adaptados às realidades próprias de cada região. Mencionou que o CNE obteve um número muito razoável de respostas o que permitiu reunir muita informação, pretendendo-se saber quais foram os principais problemas com que se confrontaram com o encerramento das escolas, como os enfrentaram, que apoios tiveram, que mudanças para o futuro.

Relativamente aos trabalhos das Comissões, é evidente que a pandemia veio alterar alguns dos projetos que estavam previstos.

A 1.^a Comissão está a concluir o debate sobre o projeto de recomendação sobre *Cidadania e educação antirracista*, pretende analisar e aprofundar alguns dos dados do estudo do CNE *Desempenho e Equidade: Uma análise comparada a partir dos estudos internacionais TIMSS e PIRLS* e gostaria de refletir sobre a educação das crianças.

A 2.^a Comissão, concluído o debate sobre o projeto de recomendação sobre o *Acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário*, planeia aprofundar ainda algumas questões que a temática suscita e tenciona estudar a temática da inclusão no ensino superior, nomeadamente conhecer o que existe e qual o quadro legal que a regulamenta.

A 3.^a Comissão tinha programado a organização de dois seminários sobre formação profissional contínua e o papel das autarquias na criação de redes, que a pandemia não permitiu realizar.

A 4.^a Comissão, depois de terminados os trabalhos do projeto de recomendação sobre *A condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas*, não tem qualquer atividade calendarizada, embora alguns membros façam parte da equipa relatora da recomendação sobre a voz das crianças e dos jovens.

A 5.^a Comissão tinha previsto o acompanhamento da descentralização de competências para as autarquias, o que implicava a realização de visitas e reuniões, que não foi possível concretizar.

A 6.^a Comissão continua a colaborar no lançamento de uma plataforma digital para o desenvolvimento sustentável, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, prevendo-se que até final de outubro possa haver uma orientação.

Quanto às perspetivas para o futuro, o foco deverá ser na revolução digital e em saber como é possível e desejável utilizar o digital ao serviço da pedagogia. O recurso ao digital ganharia em não ser discutido de *per se*, mas ser enquadrado na pedagogia, o que permitiria debater experiências em Portugal de reorganização do tempo e de espaços. Tendo em conta a análise feita no relatório *Estado da Educação 2019*, listar um conjunto de questões e desafiar a academia para o seu aprofundamento.

Ainda sobre o estudo do CNE sobre *Educação em tempo de pandemia* foi questionado se seria possível obter documentação relevante sobre o que foi feito noutros países.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.